

CARLOS ALBERTO VESENTINI, historiador

*Alcyr Lenharo*¹

A trajetória acadêmica de Carlos Alberto Vesentini circunscreveu-se ao Departamento de História da Universidade de São Paulo. No ano de 1969, Carlos Alberto ingressava nesta Universidade para cursar História e Ciências Sociais, mas já no ano seguinte optava por consagrar-se ao estudos históricos. Bacharelou-se em 1973 e, no ano seguinte, sempre no mesmo Departamento, dava início a seu curso de pós-graduação. Ao defender sua Tese *A Teia do fato*, sob orientação do Professor Doutor Fernando Antônio Novais, obteve o título de doutor em História Social em 1983.

Nas mesmas salas de aula que frequentou como aluno, Carlos Alberto começou a trabalhar como professor voluntário nos idos de 1976. Foram dois anos e meio de trabalho não remunerado; enquanto isso, o apoio periódico da FAPESP, aulas irregulares ministradas no ensino secundário, um estágio de pesquisa na Fundação Carlos Chagas, mais a ajuda imprescindível da família permitiram-lhe levar adiante seus estudos e pesquisas, e desenvolver um trabalho docente pleno de dedicação e criatividade. A respeito da família, a quem sempre se manifestou grato, dizia tratar-se de um caso único de uma família de classe média baixa que sustentava seu filho obstinado para trabalhar sem remuneração para a Universidade de São Paulo.

De sua formação pré-universitária, Carlos Alberto não deixava ver recordações positivas. Do ginásio ao colegial, cursados em Jaguapitã, norte do Paraná, e Presidente Prudente nos anos 60, Carlos Alberto ressaltava o ensino deficiente e a estrutura escolar orientada para o desestímulo intelectual dos seus alunos. Uma escola que ensinava a não pensar. Uma tal avaliação assim radical correspondia ao padrão de exigências que dedicou permanentemente à universidade a quem sempre deu o melhor de si.

1 Professor do DH-ICH/UNICAMP.

Sua vida universitária teve início logo após a implantação do AI-5, ainda no primeiro semestre de 1969, quando a ditadura agredia a universidade ao cassar um número significativo de professores. Instalavam-se os anos de chumbo. Conforme depoimento, assim Carlos Alberto rememorou os anos da graduação, que coincidiram com os anos do "milagre":

É fantasticamente difícil repensar positivamente meu curso de graduação; seja do ponto de vista de suas condições, dos cursos dados ou do que então íamos. Não esmorecer frente ao duplo peso de condições externas e internas à universidade, desfavoráveis à crítica, à reflexão, ou mesmo à pura difusão de debates e pesquisas recentes parece ter sido uma dura prova para alguns (...).

Torna-se interessante um rápido olhar ao estilo que tínhamos, enquanto estudantes, naquelas duras condições de uma USP onde imperava o "baixo nível", pontificava a repressão e éramos excluídos de qualquer participação de cunho político, dentro e fora da universidade, então com tropas no campus (CRUSP); muitos a partir daí se engajaram em outra forma de resistência. Muitos estudantes recusaram esse engajamento, a maior parte nem se deu conta desse momento de opção. Nesse sentido, e dada a recusa, vimo-nos faltos de qualquer perspectiva, e estudar tornou-se estilo e meta, tendo a ciência ocupado o duplo papel de método e esperança. Politicamente em oposição ao regime, livres de qualquer doutrinação (pela própria repressão) resistimos às condições mesmas e à qualidade com que nossos cursos eram dados, estudando pesadamente. Exigimos muito de nós mesmos. E às cegas, com um mínimo de orientação, partim os para a exigência de melhoria cultural, esforçando-nos para aguentar e manter um grande número de leituras. Não houve concessões ao curioso discurso que, com o contra-partida às negati- vidades do curso e suas mínimas exigências, nada produz"².

2 Um construir ainda aberto - Depoimento de Carlos Alberto Vesentini, In: WERNECK DA SILVA, J. Luis. *A deformação da História ou para não esquecer*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. Nem todas as citações que se seguem deste depoimento aparecem no livro indicado. Parte delas retirei dos originais do autor, que não foram aproveitadas pela citada edição.

A pós-graduação impôs-se para Carlos Alberto como a continuidade lógica do esforço intelectual resistente. Cursos eram procurados fora do próprio programa; a pesquisa deslanchava, as discussões alcançavam um nível de crítica produtivo e criador. Já no segundo semestre de 1975, dentro do curso de pós-graduação ministrado pela Professora Marilena Chauí, Carlos Alberto, em parceria com Edgar de Decca, apresentou em seminário uma vigorosa e inovadora abordagem sobre a Revolução de 1930, abrindo uma polêmica discussão sobre as dimensões políticas que envolvem o fazer da memória histórica. No ano seguinte, os autores publicaram os resultados parciais de suas reflexões através do artigo "A revolução do vencedor", pela revista Contraponto. Um marco historiográfico, de profundas repercussões no domínio dos estudos históricos e das ciências sociais, identificado a seguir, para motivo de preocupação dos próprios autores, como "história dos vencidos". Os tempos eram outros, e a sociedade mostrava suas inquietações face ao regime. Operários, estudantes, intelectuais, artistas, professores, funcionários públicos resistiam em seus locais de trabalho e estudo e começavam a ganhar as ruas. Assim Carlos Alberto analisou seu trabalho e seu momento:

"Se a questão da memória aparece através desse artigo, e por essa via recolocava a percepção dos vencidos, isto não me leva a vê-lo agora como um resultado lógico e implícito ou como reflexo das lutas políticas que então transpareciam. Não apenas porque ele as antecede (os choques mais visíveis deram-se na segunda metade dos anos 70), mas porque a produção intelectual e a reflexão são datados de seu próprio movimento e exigências. Estes também são parte do movimento transformador, compondo-se como elemento deste, tanto de seus produtos como de suas contradições. E é neste exato sentido que cabe examinar o andamento das novas propostas, já que não surgem acabadas, nem sequer fechadas. Centrando a partir daqui o exame da historiografia desenvolvida nos fins dos 70 e início dos 80 apenas em meu próprio trabalho com De Decca (que levou-o ao seu notável *O silêncio dos vencidos* torna-se visível que transparece uma profunda diferença de cunho teórico em comparação com os textos dos anos 60, da primeira parte dos 70, e com as obras dos cassados.

Se nestes a leitura de 64 pela via de 30 vem acompanhada da confiança no método e nas certezas da ciência, há ainda mais. Obras como as de Viotti da Costa, mas especialmente as de Florestan Fernandes, enfatizam o movimento necessário ou desejável da própria História, colocado à análise pela teoria. A integração do evento ao edifício assim calculado, e a exclusão dos vencidos e suas propostas implicam-se numa leitura que não consegue negar e reforça a memória do vencedor. Rasgar a memória, exorcizar a cumplicidade com o vencedor na própria historiografia, e abrir o campo dos possíveis, é o que então ressalta.

Olhando o passado torna-se possível compreender que esta proposta em seu desenvolvimento tenha recebido não apenas e tão somente os tiros da chamada ditadura. Inserida em produtos da pós-graduação (artigos, cursos, teses), voltada para a universidade, encontra a existência concreta desta. A universidade tem suas próprias regras e a reflexão já tinha sua "direita/esquerda". Como um texto poderia ser crítico sem integrar-se em um destes dois campos e, ao mesmo tempo, aparecer como crítico de ambos? E poderia a reflexão criadora aparecer fora do círculo, hierarquia, e critérios da titulação universitária? "A revolução do vencedor" (mais tarde também *O silêncio dos vencidos*) e a crítica da memória do vencedor conheceram tanto a indiferença, quanto o boicote, como o ataque. E também da esquerda.

O artigo teve dificuldades enormes para ser publicado, tendo sido devolvido sem justificativas após um ano, pelo CEBRAP, escudado na olímpica superioridade de José Arthur Giannotti³. Eu mesmo, em minha trajetória como voluntário esperei dois anos e meio enquanto meu processo de contratação corria e era bloqueado, tendo me sustentado (após o término de minha bolsa da FAPESP) trabalhando como professor secundário em Santo Amaro, na periferia de São Paulo".

3 "A revolução do vencedor" recebeu uma segunda edição da revista *Ciência e Cultura*, v. 29, n. 1, p. 25-32, jan. 1977.

Em meio a esse quadro de dificuldades materiais e de afirmação acadêmica, a pesquisa e a reflexão ganhavam força. Através da participação em simpósios e da elaboração de artigos⁴, Carlos Alberto preparava caminho para a redação de sua futura tese de doutorado. Em "A fulguração recorrente" o legado de "A revolução do vencedor" estendia-se para o março 1964; mais que isso, as operações de construção da memória histórica efetivadas pelo vencedor eram desvendadas comparativamente entre os dois marcos. Já em "Política e imprensa...", o ideário do BOC estava em questão, abordado a partir de um conceito-base às reflexões mais amplas da pesquisa _ o conceito de revolução. Formulado em espaços políticos e sociais de oposição, "revolução" surgiria posteriormente na construção rememorada do processo, desvirtuado e com novo conteúdo, a partir da ótica do vencedor.

Não se fez fácil o caminho para que Carlos Alberto chegasse à elaboração de sua tese de doutorado. De um lado, suas próprias incertezas sobre a validade do atrelamento da produção intelectual à carreira docente, através da titulação; de outro, o aparecimento do trabalho do seu ex-parceiro, que sairá na frente em 1979, com a elaboração de *Dimensões históricas do insucesso político*⁵. Que dizer depois dessa obra radical e certa em sua análise política, ou ainda mais, como dizer, face a suas confessadas dificuldades de expressão crítica? A solução veio de encontro a uma diretriz constante em todos os anos de sua vida acadêmica: o rigor e as preocupações de caráter teórico sobre a metodologia do trabalho do historiador, transparentes em *A teia do fato*, redigido ainda em 1987.

Por meio de um estilo espinhoso e duro, quase sempre redigido em tom oral, inter cruzado de vozes diretas e indiretas, travejado de substantivações de verbos, advérbios, adjetivos e pronomes, fragmentado por hífen e travessões, Carlos Alberto nos deixou uma preciosa reflexão sobre as condições científicas do ofício do historiador. Não se trata exatamente do modo prático como o historiador realiza seu trabalho; o que conta são as dimensões teóricas através

4 A fulguração recorrente, In: *Cadernos de pesquisa 2* (Tudo é História), São Paulo: Brasiliense, 1978; Política e imprensa: algumas exemplos em 1928, In: *Anais do V Congresso Brasileiro de Arquivologia*, Rio de Janeiro, 1982; republicado nos *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, USP, t. XXXIII, 1984.

5 DE DECCA, Edgard S. 1930. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

das quais o labor intelectual dispõe de categorias e enfrenta as armadilhas do fato político envolvente.

Não bastava mais dar conta dos meios pelos quais o vencedor controla a sua memória com vistas à legitimação de sua vitória. Novas questões foram postas para dar conta de como essa memória, através do fato, perversamente tornava-se real e estabelecia vínculos de identidade entre vencedores e vencidos. O ato construtor da memória de **todos**, traduzida pelo fato, é um ato interpretativo e interpretado. Provavelmente esta é a razão mais forte para que essa memória fosse repassada e repetida monotonamente por outros intérpretes. Para o historiador acordado fica a certeza amarga de que o elenco de fatos que sempre encontra prontos à sua disposição são simulacros do real e carecem objetivamente de recursos de desarme, decomposição do ardil, submetendo-os a uma eficaz obra de desinterpretação.

Os caminhos aertos pela reflexão crítica e inovadora de Carlos Alberto ainda se desdobraram em nova produção⁶. Mais uma vez, a discussão sobre os marcos históricos foi posta como método de desarme dos instrumentos utilizados pelas forças políticas, sempre prontas para congelar e dominar o tempo. Mais recentemente, ainda que não deixasse documentado seu programa de estudos, desenvolvido em curso de pós-graduação, promovia uma ampla revisão da historiografia alemã do século passado, alargando suas pesquisas sobre o império do fato.

Aparentemente, outros escritos do autor não demonstram preocupações coerentes com a maior parte de sua produção⁷. O mito de Maria Quitéria ganhou em suas mãos uma dimensão temporal que a converteu em figura biografada historicamente possível; já os filmes analisados em "História e ensino..." foram submetidos a uma triagem historiográfica que os tornava úteis para servir de inteligente recurso didático em sala de aula. Atento e dedicado à atividade

6 A instauração da temporalidade e a (re)fundação na história: 1937 e 1930, In: *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 87, (Memória e História), out-dez. 1987.

7 Maria Quitéria, História e cinema, *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, USP, v. 29, 1979; História e livro didático de História. In: SILVA, Marcos A. da. *Repensando a História*, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984; História e ensino: o tema do sistema de fábrica visto através de filmes. In: *Anais do Seminário Perspectivo do Ensino de História*, São Paulo, Faculdade de Educação, USP, 1988.

docente, constantemente solicitado por professores da rede, Carlos Alberto não perdeu de vista o ensino secundário, espaço possível de produção do conhecimento histórico, submetendo-o a um saber crítico e reflexivo, permanentemente dificultado pelo uso abusivo e preguiçoso do livro didático.

* * *

Não fosse a inovadora reflexão sobre a memória histórica, seu perfil intelectual e acadêmico poderia ser facilmente desenhado a partir de sua dedicação ao trabalho docente. Apesar das classes repletas, costumava dar tratamento individualizado a cada aluno da graduação, traduzido em entrevistas, quando esmiuçava cada **paper** redigido pelos alunos. Deste trabalho diligente e silencioso novos projetos foram esboçados, vocações para a pesquisa histórica foram estimuladas, num esforço que aparecia pouco para si, mas de grande ressonância acadêmica para o Departamento.

Carlos Alberto marcou um estilo próprio em seu trabalho docente, facilmente identificado pelos alunos. Combinava o estilo metódico prospectivo, indo a fundo na matéria exposta e analisada, com uma notável capacidade de envolver e seduzir intelectualmente sua platéia. Seus alunos são testemunhas do empenho com que conduzia sua vertigem didática. Ainda recentemente, já apresentando sinais da doença que o vitimou, Carlos levou o curso de pós-graduação até o final, mantendo o nível profundo de suas exposições teóricas, quase sempre além do horário previsto do término das aulas.

Mas há um tipo de contribuição intelectual que carece ser recuperada: Carlos esteve sempre na linha de frente da renovação historiográfica também no trabalho docente, o que pode ser particularmente traduzido nos inovadores programas de Ásia e África, quando a disciplina era oferecida regularmente pelo Departamento. Ao longo de semestres foi elaborando uma crítica notável a determinadas categorias efetivadas desde o ponto de vista do colonizador, alimentado-se no pensamento de Hegel, Marx, Lefort, Lévy-Strauss, Clastres, às vezes com desagradável reação de parte dos alunos, e até mesmo de colegas que se sentiam incomodados com tal tipo de abordagem. A seu ver, essa reação era particularmente conservadora, pois tratava-se de simples recusa do novo, e não vinha acompanhada de leituras e debates alternativos, mas simplesmente reproduzia velhos clichês e não abria a menor possibilidade à reflexão e ao

pensamento renovador. Esse foi, de fato, um traço marcante do perfil acadêmico de Carlos Alberto, que lhe dificultou significativamente os passos dentro da própria instituição. Basta lembrar que foi convidado apenas uma vez para compor uma banca de mestrado ao longo dos últimos anos. De outro lado, apesar de estar diretamente envolvido com o curso de Pós-graduação, lamentavelmente, não teve o prazer de ver acabada uma sequer das dissertações dos alunos de Pós-graduação que orientava.

* * *

E entretanto, Carlos Alberto manteve uma permanente atitude de devotamento em relação à instituição em que trabalhava. Já no início da década, como membro do Conselho Departamental, detacou-se nas discussões e eventos que giravam em torno da democratização da gestão interna do Departamento. Seguramente era um dos "jovens" merecedores de punição, conforme reclamava editorial do vetusto Estado de São Paulo - esses "jovens" deveriam ser afastados das funções que desempenhavam.

Em sua avaliação sobre as repercussão desses episódios, Carlos Alberto chamava atenção para o clima diferente que foi tomando conta do Departamento, à medida que a descentralização do poder acontecia por intermédio da atuação das comissões e posteriormente da plenária departamental. Tal clima, dizia, é que criara condições para a reforma curricular, ocorrida em 1986, e levada adiante pela comissão da qual era membro integrante.

Essa reforma não teria sido possível sem que fosse desativado o nó que emperrava a flexibilização do curriculum e a movimentação dos docentes: o domínio dos "setores", unidades estruturadoras do Departamento. Pela reforma proposta as disciplinas passariam agora a ser oferecidas ao Departamento, não mais aos setores. Fora as disciplinas obrigatórias e fixas, a demanda dos alunos é que levava à organização do curriculum. Professores também foram beneficiados, pois poderiam oferecer disciplinas de acordo com o desenvolvimento de suas respectivas pesquisas. A flexibilização do curriculum e a racionalização do trabalho chegou mesmo a assegurar, em muitos casos, dois semestres livres em seis semestres letivos, para incentivar os docentes ao estudo e à pesquisa. O mais ousado dessa forma, entretanto, não teria sido possível sem o aludido clima de abertura, mesmo porque também foi firmado um princípio de

isonomia, ficando todos os docentes, independentemente da titulação, com igual carga horária de trabalho letivo.

Carlos Alberto teve ainda participação decisiva no concurso que efetivou 25 docentes em 1988. Não lhe parecia nada cômodo, por questões de princípio e ordem prática, já que os interesses eram múltiplos e divergentes, para encaminhar o concurso naquelas condições. Entretanto, o problema se arrastava internamente, causando inquietação e desconforto a um grande número de docentes atuantes no Departamento. De outro lado, o fim dos setores afastava a ameaça da tutela e arbítrio dos titulados, abrindo as portas para a efetivação dos docentes. Em última instância, o empenho de Carlos Alberto era coerente com a sua visão de universidade, *locus* de produção de pensamento criador e de debates. Regularizar a condição funcional dos colegas docentes, e também a sua significava criação de novas condições para o desenvolvimento intelectual do Departamento. Para ele era tão significativo levar adiante essa iniciativa quanto participar da comissão editorial que levou à retomada da *Revista de História*, cara à tradição do Departamento, e que se encontrava inativa há três anos.

Acredito ser este o registro pelo qual a memória acadêmica de Carlos Alberto precisa ser desenhada e mantida – seu amor e dedicação profundos ao Departamento e à Universidade que serviu. A partir de tal nível de envolvimento é que suas palavras duras de avaliação precisam ser recebidas e entendidas – como alguém que amava a instituição em que trabalhava, lutava por ela, e por isso mesmo, cobrava alto sua dedicação:

"Gostaria de encerrar com um rápido comentário sobre as condições e problemas do debate intelectual na universidade, como contraponto àqueles vigentes anteriormente, à época da formação da minha geração. O que denominei difusa e genericamente "baixo nível" não responde apenas à intervenção da ditadura, mas tem a ver com a própria estrutura interna da universidade (pois esta é uma instituição e um sistema de poder), com seu pessoal e com o próprio movimento estudantil. Sem assumir nenhum compromisso com a idéia de que o regime como tal encerrou-se, e sem ter nenhuma democracia no país, a mudança visível dentro da USP para mim refere-se ao fim das cassações via AI-5, com o retorno de conquista ou esforço para o domínio da sala de aula, com o exercício pleno do direito de propor

cursos, temas, bibliografia, etc., sem temores externos à própria instituição. E às lutas de alunos, professores e funcionários, com caráter reivindicatório (salarial) ou pela participação cada vez maior nos órgãos decisórios da instituição. Neste construir, ainda aberto e pleno de choques, o discurso de uma velha prática mostra sua força: a justificativa da universidade passa pela produção de conhecimentos, mas ela é claramente emprego/renda, feudo e relações de poder. Nesse sentido a "qualidade" da produção é entendida em termos de titulação, e esta dá acesso para, e define-se na-e-como hierarquia, a qual é justificada pelo seu pretense mérito. O que dizer da multidão de teses sem maior interesse, ou cujo único objetivo é a relação com a carreira docente em função de seu lugar na hierarquia, e nada mais?

Na vigência da possibilidade do uso puro e simples da força, suficiente para limitar o questionamento, estudar não parecia ameaçador. Mas quando esse movimento aparece dotado de proposta intelectual, de discurso próprio, e passa a ser lido, debatido, temos um pequeno senão. Trata-se de quem diz e do alcance desse dizer: ele não vem da titulação consagrada, dos papéis aí definidos, e dos detentores de certos cargos e, assim sendo, esta específica produção atinge aquela justificativa de mérito associada ao sistema interno do poder. Acima de pura justificativa, na universidade de fato também aparece reflexão e pensamento criador. E aqui encontramos com os enfrentamentos e necessidade de resistência que o pensamento criador tem, agora, que aprender a realizar. E num espaço ainda pleno de potencialidades e contradições, embora bastante difícil. Contra este pensamento voltam-se o peso da hierarquia, universidade real; a ambiguidade do uso dos antigos e excelentes professores cassados (sua volta tanto mostra a vitalidade da universidade e seu movimento de lutas, como se dá carregando contra o novo); e o reaparecimento aberto das organizações estudantis com toda a carga de doutrinação e uso de velhos clichês (novamente é o novo que perde, porque este supõe reflexão e criação e aqueles são pura reiteração de um velho discurso), ao lado de seu pontencial renovador. Em suma, creio ser este o quadro onde a crítica da memória histórica propôs-se e foi afastada. Não porém definitivamente liquidada e esquecida. Hoje, ameaçadas por um leque que envolve o sistema autoritário descrito,

como a pura manipulação demagógica (não tão distante dos esquemas anteriores, mas inclusive complementando-se), novamente temos muito que temer. Mas nesta USP também existe lugar para a reflexão e interesse pelo estudo. Acho que a resistência não acabou, nas novas condições. Reflexão criadora e crítica se dão as mãos, não vem incensadas nem pela imprensa, nem no bojo do apoio de massas. Pelo contrário, enfrentam a corrente. Não há porque fugir e alguns permanecem preocupando-se com o que fazem".